

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 4.246, DE 2015

Altera a redação do art. 17 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para permitir prisões mediante flagrantes preparados, com o objetivo de coibir práticas criminosas.

Autor: Deputado MARCELO BELINATI
Relator: Deputado RONALDO MARTINS

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei n.º 4.246, de 2015, foi apresentado em 22/12/2015, pelo Deputado Marcelo Belinati, objetivando modificar o seguinte artigo do Código Penal:

Art. 17 - Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.

Sugere-se a seguinte redação ao referido comando:

“Art. 17 Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime, salvo nos casos de flagrante preparado por agentes de segurança pública”. (NR)

Constou da justificção da proposição:

O objetivo do presente Projeto de Lei é permitir que a polícia brasileira se utilize de uma tática de apreensão de criminosos muito eficaz e utilizada em diversos países do mundo, o flagrante preparado. Nesta modalidade de flagrante, os agentes de segurança pública, levam os criminosos a crer que irão praticar um crime quando, na realidade, estão tratando com policiais disfarçados.

Este tipo de flagrante é muito eficiente para a prisão de criminosos sexuais. Milhares de pedófilos são presos anualmente, no mundo todo, através de táticas de flagrante preparado. Nele, os policiais fingem ser vítimas, principalmente nas redes sociais e fisgam os pervertidos sexuais, levando-os à prisão.

No Brasil, este tipo de tática é proibido, por conta de uma súmula do STF (Supremo Tribunal Federal), de nº 145, que diz: “Não há crime quando a preparação do flagrante pelo polícia torna impossível a sua consumação”. Segundo esse entendimento, nos casos de preparação do flagrante não seria possível a realização da prisão, uma vez que, como não poderá ocorrer a consumação do delito, estaríamos diante de um crime impossível. Obviamente é uma posição que favorece o criminoso.

Ora, se o delinquente se propõe a praticar o crime, se faz todo o “iter criminis”, ou seja, cumpre as etapas do crime e almeja o resultado, não é concebível que não possa ser preso porque não seria possível consumir o delito. Sendo assim, a maioria dos crimes tentados também não poderiam ser punidos. Se um assassino atira em alguém à queima roupa e a pessoa está usando um colete a prova de balas, é crime impossível? Não pode ser punido?

Nossa legislação, às vezes, dá a impressão de ter sido feita não para proteger a sociedade, mas o criminoso. Isso não é admissível e a sensação de impunidade que gera, só aumenta o risco para a sociedade. O Brasil precisa parar de focar nos direitos individuais, de primeira geração, e focar nos sociais e difusos, de segunda e terceira gerações, mais modernos, portanto. A sociedade não pode pagar por uma interpretação altamente protecionista e cuidadosa ao extremo, dos direitos individuais.

Será que alguém que tem um filho molestado sexualmente por um pedófilo, que poderia ter sido facilmente preso, por um flagrante preparado, concordaria que esta é uma tática ilegítima?

A sociedade brasileira não pode continuar pagando o alto preço da impunidade, só para sustentar argumentos defasados, de que todo direito individual deve prevalecer sobre os direitos sociais e difusos. Todos têm direito à uma sociedade segura e ninguém tem direito a cometer crimes. Não se pode admitir que essa lógica seja invertida.

O brasileiro é um povo bom, em sua grande maioria, honesto. Não é possível conceber que, ainda assim, tenhamos índices tão altos de violência. Precisamos modernizar nossos métodos de combate ao crime, para que nossa sociedade evolua, tornando-se segura e pacífica.

Portanto, tendo em vista o dever de todos, em especial dos membros desta Nobre Casa, de buscar soluções para a modernização do nosso sistema legal e ainda, zelar pela segurança da sociedade, apresentamos o presente Projeto de Lei.

Em despacho da Mesa Diretora, de 08/01/2016, o Projeto de Lei em apreço foi distribuído a esta Comissão e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (competente para tratar das matérias listadas no art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do mérito). A proposição sujeita-se à apreciação do Plenário, tendo regime de tramitação ordinária.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

A proposição merece ser aprovada, pois se encontra em perfeita sintonia com os anseios da população.

Os índices de criminalidade crescem exponencialmente, daí a nós, lídimos representantes do Povo brasileiro, compete o dever cívico de restabelecer à população ordeira a paz social, decorrência lógica de um Estado que assegura os cânones da Segurança Pública.

Com efeito, na linha do quanto verberado pelo Autor do Projeto de Lei em liça, deve-se ter em mira os interesses coletivos, afastando-se do fetiche da proteção exacerbada dos direitos individuais.

Nesse particular, é de bom alvitre lembrar a seguinte passagem judicial, transcrita em precedente do Superior Tribunal de Justiça:

*Não se está a esquecer que o direito à liberdade seja um fundamental **right**, na acepção empregada por J. J. Canotilho, em seu conhecido Manual de Direito Constitucional (Ed. Almedina, Lisboa, 2000), e que, no direito pátrio, o mesmo esteja inscrito como*

sobreprincípio constitucional no artigo 5º, **caput**, da Magna Carta, mas o que igualmente não se pode esquecer é que tal direito, enquanto sobreprincípio, esbarra em outros sobreprincípios de igual magnitude, sendo certo que esse mesmo artigo 5º, **caput**, CF/88 consagra outro sobreprincípio afim, que seria, inclusive, de índole coletiva, que é o direito à segurança de todas as outras pessoas residentes e domiciliadas no Território Nacional, de modo que a função do Juiz Penal não parece ser a de consagrar a liberdade indistintamente em todos os casos, mas, pelas regras legais (com o pleno respeito ao conhecido devido processo legal - a noção de **due process of law**, tal como preconizada pela **Libertatum**, quando na Inglaterra de 1215, o Rei João Sem Terra, teve que a ela recorrer como meio de por fim a uma revolta de barões insurreitos com as relações de suserania e vassalagem então empregadas), aferir, caso a caso, a forma de integrar esses dois sobreprincípios. Assim, **mutatis mutandis**, não se poderia aquiescer com prelados laxistas (na acepção empregada por Ricardo Dip e Volney Correa, na sua conhecida obra a respeito de Crime e Castigo), no sentido do esvaziamento da tutela penal estatal, sob o pálio de uma suposta política criminal (conceito vazio e destituído de fundamentos objetivos) como modo de se legitimar indesejável clima de impunidade, não visado, de modo algum, pelo legislador pátrio, ao editar o arcabouço sancionatório estatal, não se podendo romper com a **mens legis**, ou, como queiram, a **mens legislationes**, tal como devidamente lançado pelo comando contido na norma prevista pelo art. 5º da Lei de Introdução ao Código Civil.¹

Pois bem, ainda sob o horror das cenas do estupro coletivo, perpetrado na Capital fluminense, neste ano de 2016, que envergonhou nosso País mundo afora, comunga-se com a iniciativa de reforma do Código Penal. Todavia, extraindo-se a essência do quanto pretendido pelo Autor, apresenta-se o anexo substituto, que tem como objetivo circunscrever a exceção ao disposto no art. 17 do *Codex* às hipóteses de crimes contra a liberdade sexual, visto que é um dos pontos sensíveis que vem fragilizando a coesão social.

¹ HC 182.501/SP, Rel. Ministro HAROLDO RODRIGUES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/CE), SEXTA TURMA, julgado em 07/12/2010, DJe 17/12/2010.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.246, de 2015, na forma do anexo substitutivo.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado RONALDO MARTINS
Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.246, DE 2015

Altera a disciplina do crime impossível, prevendo exceção para as hipóteses de flagrante preparado de crimes contra a dignidade sexual, acrescentando parágrafo ao art. 17 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a disciplina do crime impossível, prevendo exceção para as hipóteses de flagrante preparado de crimes contra a dignidade sexual, acrescentando parágrafo ao art. 17 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal.

Art. 2º Acrescenta-se o seguinte parágrafo ao art. 17 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal:

“Art. 17 -

Parágrafo único – Não se aplica o disposto no *caput* às hipóteses de flagrante preparado de crimes contra a dignidade sexual.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado RONALDO MARTINS
Relator